

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, entidade criada pela lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, sob forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, sujeita à lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970 e às normas legais que lhe forem aplicáveis. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009. O capital do SERPRO pertence integralmente à União. A empresa é integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais e sua gestão se insere no conjunto de decisões do Governo Federal.

Área de atuação

O SERPRO atua na área de Tecnologia da Informação e é responsável por prover e integrar soluções, prestando serviços baseados na tecnologia, para propiciar a realização das Políticas Públicas, visando o êxito das finanças e da governança do Estado, em benefício da sociedade.

No exercício dessas atividades, o SERPRO obteve notória experiência na prestação de serviços aos órgãos do Governo e detém conhecimentos singulares, que lhe permitem integrar soluções, bem como alcançar os objetivos dos seus clientes de maneira segura, aperfeiçoada e sempre em evolução.

Ao longo de 47 anos, a empresa desenvolveu e aprimorou tecnologias adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, como SISCOMEX, SIAFI, RECEITANET, SIAPE, SPED e outros, soluções estas que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, promovendo a integração de Soluções Estruturadoras e de Gestão do Governo Federal, dotadas de características de desenvolvimento, produção, níveis de qualidade, sigilo, transparência e de segurança requeridos pelo Governo.

O SERPRO é fiel depositário de informações governamentais e mantém bancos de dados com abrangência nas áreas: tributária, financeira, patrimonial, orçamentária e de gestão de governo. Estes dados serão de vital importância com a vigência, após 17 de maio de 2012, da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso às informações da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, onde está claro a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.

Com o emprego adequado de soluções estruturadoras, a Empresa vem contribuindo efetivamente para a racionalização e modernização de setores estratégicos da Administração Pública, nas diversas esferas do Governo, sem descuidar de sua responsabilidade social empresarial, onde tem papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão digital. Para tanto, atua com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão onde atuam 7.448 empregados distribuídos pela Sede, localizada em Brasília, nas projeções regionais e escritórios, além de 3.107 colaboradores lotados em diversos órgãos da União, principalmente Ministério da Fazenda.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do SERPRO são de responsabilidade da Administração, sendo elaboradas utilizando-se de diretrizes contábeis dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, sendo que os instrumentos financeiros são avaliados a valor justo com reflexo no Patrimônio Líquido.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2011, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em seu processo de encerramento.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e os valores arredondados para milhares de reais quando indicado desta forma.

As práticas contábeis envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao valor justo de determinados instrumentos financeiros, às provisões trabalhistas e cíveis, à provisão para obrigações junto aos planos de previdência complementar e à definição da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As contas ativas e passivas que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação, pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

A aprovação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ocorreu em reunião conjunta dos Conselhos Diretor e Conselho Fiscal de 14 de maio de 2012.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial, com a finalidade de transição para as normas internacionais (IFRS) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3.1 – Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem simultaneamente ou se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Os ativos com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

3.2 – Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo seu valor de face, em moeda nacional. Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras, com vencimento original de até três meses ou menos, a partir da data da contratação, e que apresentem risco mitigado de mudança de valor justo.

3.3 – Instrumentos Financeiros

Estes instrumentos são classificados por categorias, de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos: títulos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

a. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são aqueles que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo, ou seja, ativos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Esses títulos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mensurados tendo por base o custo amortizado pelos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b. Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles não derivativos destinados como disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução do valor recuperável (*impairment*), são reconhecidas em *outros resultados abrangentes* e apresentadas dentro do patrimônio líquido. As valorizações ou desvalorizações serão levadas a resultado, quando da realização dos respectivos títulos.

3.4 – Capital Social

O Capital Social do SERPRO pertence integralmente à União.

De acordo com o previsto no artigo 19, inciso II do Estatuto do SERPRO, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

3.5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

Esta provisão é constituída com base na análise do histórico de recebimentos de faturas, que se apresenta de modo sazonal. Assim, buscou-se a adoção de um indicador baseado nos dados de cada cliente, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis e consequente representação de seu valor justo.

Tomando-se por base o estudo das faturas pendentes de recebimento, por cliente, as operações são classificadas observando a avaliação feita pela Administração, que, realizada anualmente, considera, principalmente, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação aos ativos e aos devedores.

A avaliação da PCLD consiste na classificação dos créditos percentualmente por sua representatividade em cada operação, sendo este percentual utilizado para o cálculo da provisão, ajustando-o de 4,94% para 4,11%. Esta provisão é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

Para fins fiscais, o valor da provisão registrado no exercício está adicionado ao prejuízo fiscal e à base negativa de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

3.6 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de depreciação acumulada.

No custo do imobilizado são incluídos gastos para colocar o ativo em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma que atenda as necessidades da entidade, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Os gastos incorridos com manutenção ou reparo, quando representem melhorias, são agregados ao valor do bem e os demais debitados no resultado, respeitando-se o regime de competência. O software adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A Empresa optou por não remensurar seu ativo imobilizado pelo valor justo, baseando-se nos constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem entre o valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes à época no que se refere à Reavaliação de Ativos. Com base nos laudos emitidos por avaliadores independentes, e conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, pela resolução CFC nº 1.152/09 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, o saldo da reavaliação da empresa será mantido até a sua total realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

O valor justo foi estabelecido em observância a critérios consistentes que levam em consideração o preço médio de negociação, cotações de preços de mercado para ativos semelhantes e o método interno de precificação.

a. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado tomando-se por base o método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e considera-se a expectativa de vida útil empresarial, definida conforme especificação técnica das unidades gestoras de patrimônio da entidade, refletindo o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo conforme os parâmetros estabelecidos na resolução CFC nº 1.177/09 – Imobilizado.

De acordo com a resolução CFC nº 1.263/09 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos tratados nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27, 28, 37 e 43, foi adotada a vida útil empresarial indeterminada para os bens imóveis, em função das constantes manutenções e da valorização – que sobrepõe o valor original, representando adequadamente o confronto dos custos com os benefícios.

Os métodos de depreciação e vida útil são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

b. Obras em Andamento

O montante registrado na conta Obras em Andamento representa o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida a que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas contabilmente em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial e aos estudos do valor recuperável (*impairment*).

3.7 – Intangível

Cessões de Direito de Uso e Licenças de Uso de Software estão contabilizadas no Grupo Intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Tratam-se de gastos incorridos pela empresa, que atendem os critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano.

a. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado tendo como base o método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estão disponíveis para uso. A definição da vida útil dos softwares ocorre a cada nova aquisição. Esse método reflete o consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

3.8 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A entidade efetuou o estudo para a avaliação do valor recuperável dos bens do Ativo Imobilizado, tanto em nível individualizado como em nível coletivo. Todos os itens do imobilizado, a título de bens imóveis foram avaliados individualmente. Os itens do imobilizado a título de bens móveis foram avaliados coletivamente quanto a perda de valor que tenha ocorrido.

O estudo ocorreu obedecendo os seguintes critérios: seleção de todos os bens móveis de responsabilidade técnica das unidades gestoras de patrimônio e avaliação de todos os bens imóveis. As técnicas determinantes para a avaliação confrontam o valor de mercado e o custo de reposição, além de tratar da elaboração de estudo que avalia a capacidade do bem selecionado de contribuir para a geração de caixa no exercício.

A conclusão dos estudos acima descritos revelou que o registro contábil do valor recuperável dos ativos e seu reconhecimento no resultado do período não são aplicáveis ao SERPRO, visto que há recuperação dos custos dos ativos em decorrência das receitas originadas pelos serviços. Ressalta-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição e valorização de ativos no mercado.

A entidade revisa, pelo menos anualmente, o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.9 – Tributos

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

3.9.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (Art. nº 230 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99);

3.9.2 – O Imposto sobre Serviços – ISS está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003);

3.9.3 – A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

3.9.4 – O registro do Imposto de Renda (15%), do adicional do Imposto de Renda (10%), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%), considera, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis;

3.9.5 – A contabilização do Ativo Fiscal Diferido está de acordo com o estabelecido na resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro.

3.10 – Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e as obrigações legais são efetuados de acordo com as premissas contidas na resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, nesse caso, deixa de ser Ativo Contingente para se tornar um Ativo.

Passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião da consultoria jurídica interna, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da empresa. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevantes. Os passivos contingentes classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

3.11 – Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós emprego, é efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pela resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos ou perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;
- II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

Dessa forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

3.12 – Passivo não Circulante

As obrigações de longo prazo estão constituídas com base na expectativa de suas realizações, estando demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos juros incorridos.

3.13 – Receita Operacional

Segundo a resolução CFC nº 1.187/09 – Receitas, a receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços. A receita é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de níveis de serviço é avaliado por orçamentos técnicos e atestes de recebimento do serviço pelos clientes.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão assim discriminadas:

Discriminação	Em R\$	
	2011	2010
Bancos c/ Movimento	26.577.406,03	42.327.240,20
Fundo de Aplicação Financeira *	37.737,42	839.422,09
TOTAL	26.615.143,45	43.166.662,29
* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias		

4.1 – Fundo de Aplicação Financeira:

Tratam-se de aplicações financeiras de liquidez, ou seja, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras da Empresa no Banco do Brasil – DTVM, no valor de R\$ 37.737,42, foram remuneradas pelo fundo extramercado comum e estão restritas àquelas com lastro em títulos públicos, em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

a. Receitas com aplicações financeiras de liquidez:

Discriminação	Em R\$	
	2011	2010
Banco do Brasil – DTVM	489.461,82	7.320.998,45
TOTAL	489.461,82	7.320.998,45

4.2 – Bancos Conta Movimento:

São, basicamente, recursos financeiros depositados diretamente na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representando o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado, ou seja, valor justo.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101 de 17 de abril de 1991, a empresa passou a constituir provisão para perdas prováveis, devido a considerável queda de valor das cotas, demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta provisão é indedutível, sendo adicionada à base de cálculo do Lucro Real e da Contribuição Social.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

Em R\$

Discriminação	2011	2010
Incentivos Fiscais	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.406.017,48)	(9.375.388,41)
TOTAL	487.748,81	518.377,88

NOTA 6 – CRÉDITOS DE CLIENTES

Em R\$

Unidade de Relacionamento	A Vencer	Vencidas	Valor
Superintendência de Adm. Tributária e Comércio Exterior - SUNAC	77.751.249,15	323.166.972,42	400.918.221,57
Superintendência de Administração Financeira - SUNAF	1.097.702,27	0,00	1.097.702,27
Superintendência de Sistemas Fazendários e Judiciais - SUNFJ	829.059,14	33.980.864,94	34.809.924,08
Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão - SUNMP	24.965.859,41	31.428.887,24	56.394.746,65
Superintendência de Serviços Especiais - SUNSE	1.550.366,15	25.870.030,19	27.420.396,34
Superintendência de Novos Negócios - SUNNE	8.196.964,39	20.346.336,07	28.543.300,46
TOTAL SERPRO	114.391.200,51	434.793.090,86	549.184.291,37

Os créditos de clientes estão agrupados nas contas Faturas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base em estudos anuais, levando-se em conta o histórico de faturas pendentes de recebimento atribuída a cada cliente. Assim, buscou-se a adoção de um indicador baseado nesses dados, a ser aplicado nos meses de janeiro a dezembro, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis e consequente representação de seu valor justo.

Tomando-se por base o novo procedimento, a PCLD está fundamentada no princípio da prudência, sendo que o percentual desta provisão é de 4,11%, sendo considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

6.1 Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Em R\$

Discriminação	2011	2010
Saldo Inicial	30.784.844,13	30.246.179,62
(+) Constituição	0,00	9.437.074,71
(-) Reversão	8.213.369,75	8.898.410,20
TOTAL	22.571.474,38	30.784.844,13

NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Estes tributos estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação tributária vigente. Em 2011 não constam valores provisionados em decorrência de apuração de base de cálculo negativa da CSLL e prejuízo fiscal do IRPJ.

Em R\$

Discriminação	2011	2010
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social	(175.948.856,26)	(174.680.831,68)
(+) Adições	256.203.388,90	423.871.918,81
(-) Exclusões	(279.630.485,05)	(340.562.546,13)
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa	(199.375.952,41)	(91.371.459,00)
Base de Cálculo da Contribuição Social	(199.375.952,41)	(91.371.459,00)
Contribuição Social – Alíquota 9%	-	-
(-) Antecipações	16.837.153,24	15.560.018,09
Saldo a Compensar	(16.837.153,24)	(15.560.018,09)
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL	(175.948.856,26)	(174.680.831,68)
(+) Adições	256.180.360,93	423.745.713,46
(-) Exclusões	(279.630.485,05)	(340.562.546,13)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal	(199.398.980,38)	(91.497.664,35)

Discriminação	2011	2010
Base de Cálculo do IRPJ	(199.398.980,38)	(91.497.664,35)
Imposto de Renda – Alíquota 15%	-	-
Adicional do IR – Alíquota 10%	-	-
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-
Imposto Devido	-	-
(-) Antecipações	80.511.243,37	72.836.641,31
Saldo a Compensar	(80.511.243,37)	(72.836.641,31)

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 139.191.242,09 e encontra-se discriminado da seguinte forma:

8.1 – Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar

O saldo de R\$ 97.348.396,61 refere-se à diferença entre o IRPJ e a CSLL devidos anualmente e às antecipações oriundas, principalmente, das retenções na fonte efetuadas na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996.

8.2 – Créditos Fiscais Diferidos

Estes créditos se encontram assim discriminados:

Descrição	Em R\$	
	2011	2010
Licença – Prêmio	24.062.190,92	26.795.886,92
Plano de Previdência Complementar	5.569.076,05	5.245.191,70
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.674.301,28	10.466.847,00
Provisão para Perdas Prováveis -dez/2007	2.726.458,15	2.726.458,15
TOTAL	40.032.029,40	45.234.383,77

Estes créditos correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro.

Ressalta-se que os créditos referentes à Provisão para Perdas Prováveis, no valor de R\$ 2.726.458,15 (2.726.458,15 em 2010) foram reclassificados do grupo Não Circulante para o Circulante em consequência da reclassificação dos Ativos Financeiros FINAM/FINOR (NOTA 5), fato gerador do referido crédito.

A realização dos referidos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva

dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

8.3 – Créditos Fiscais Diversos

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS e PASEP, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R\$ 1.566.140,32 (R\$ 3.223.627,73 em 2010).

NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 3.107 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente no Ministério da Fazenda. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso destas despesas, conforme estabelecido no Decreto nº 5.213/2004.

Em 2011, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R\$ 207.602.204,36 (R\$ 245.061.208,52 em 2010), conforme Demonstração do Resultado do Exercício, e os valores pendentes de recebimento, no total de R\$ 76.260.276,64 (R\$ 81.435.658,72 em 2010).

A partir de dezembro de 2010, as provisões de férias, 13º salário e Licença-Prêmio do pessoal cedido, passou a ser contabilizada como valores a receber na respectiva competência, devendo ser ressarcido quando da sua realização, pelo efetivo pagamento.

Estes valores encontram-se consolidados e estão discriminados a seguir:

Período	Valores Faturados (A)			Valores Recebidos (B)			Valores a Ressarcir (Saldo Anterior + A - B)		
	MF	MPOG	Diversos	MF	MPOG	Diversos	MF	MPOG	Diversos
Saldo Anterior	225.883.014,94	10.137.013,62	37.182.651,54	152.912.277,50	8.262.659,97	30.592.083,91	72.970.737,44	1.874.353,65	6.590.567,63
Jan/2011	13.034.085,25	651.704,26	2.623.106,81	26.044.297,04	0,00	1.755.885,99	59.960.525,65	2.526.057,91	7.457.788,45
Fev/2011	17.129.766,39	685.407,32	1.916.185,34	9.383.293,35	702.290,59	1.789.296,22	67.706.998,69	2.509.174,64	7.584.677,57
Mar/2011	13.431.469,04	617.289,71	2.073.466,24	22.236.320,01	626.466,69	3.810.065,60	58.902.147,72	2.499.997,66	5.848.078,21
Abr/2011	13.324.997,26	609.013,62	2.032.872,76	20.786.353,34	613.950,64	2.163.214,12	51.440.791,64	2.495.060,64	5.717.736,85
Mai/2011	14.375.246,57	638.194,85	2.218.561,77	15.829.389,64	605.706,94	2.105.126,97	49.986.648,57	2.527.548,55	5.831.171,65
Jun/2011	16.564.583,65	776.986,85	2.755.751,91	13.590.333,77	618.693,91	2.003.623,83	52.960.898,45	2.685.841,49	6.583.299,73
Jul/2011	13.103.811,00	585.075,84	1.858.063,59	14.260.252,57	664.823,59	2.485.693,74	51.804.456,88	2.606.093,74	5.955.669,58
Ago/2011	12.986.654,20	637.404,51	2.283.548,98	12.687.762,53	565.307,74	2.186.940,76	52.103.348,55	2.678.190,51	6.052.277,80
Set/2011	15.456.879,58	733.095,07	2.288.239,17	10.462.433,95	580.690,51	1.991.163,78	57.097.794,18	2.830.595,07	6.349.353,19
Out/2011	13.952.759,35	656.112,12	2.190.113,18	13.838.753,74	649.176,09	1.663.668,23	57.211.799,79	2.837.531,10	6.875.798,14
Nov/2011	23.229.583,83	1.070.758,53	3.615.190,67	12.796.690,69	581.930,44	2.067.209,64	67.644.692,93	3.326.359,19	8.423.779,17
Dez/2011	6.351.947,51	238.993,49	905.284,14	6.163.857,94	1.004.774,05	3.462.147,80	67.832.782,50	2.560.578,63	5.866.915,51
TOTAL	398.824.798,57	18.037.049,79	63.943.036,10	330.992.016,07	15.476.471,16	58.076.120,59	67.832.782,50	2.560.578,63	5.866.915,51

NOTA 10 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Os bens e valores em circulação estão representados pelo Estoque – Almoarifado, no valor de R\$ 1.032.015,35 (R\$ 1.213.372,00 em 2010). Neste estoque estão armazenados materiais de expediente para consumo interno da empresa.

NOTA 11 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos são depositados em cumprimento à determinação judicial, pendentes de julgamento na data das demonstrações contábeis, conforme discriminação abaixo:

Em R\$

Descrição	2011	2010
Depósitos Judiciais	209.939.319,80	189.283.784,05
Depósitos Recursais	28.761.262,42	25.810.848,91
TOTAL	238.700.582,22	215.094.632,96

NOTA 12 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e de acordo com os itens a seguir:

12.1 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$

Descrição	2011	2010
Contingências Trabalhistas	167.251.649,83	136.896.294,95
Plano de Previdência Complementar	19.775.256,66	22.276.902,91
Benefícios a Empregados – CPC 33	38.868.592,96	19.434.296,48
Depreciação Empresarial – CPC 27	10.904.528,09	4.168.783,26
Prejuízo Fiscal	22.874.416,09	22.874.416,09
Base Negativa CSLL	8.223.431,31	8.223.431,31
TOTAL	267.897.874,94	213.874.125,00

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários originários das provisões correspondentes às obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS, no total de 240 parcelas, tiveram 175 delas realizadas até o encerramento de 2011.

No exercício 2011, foram efetuados os registros nos valores de R\$ 61.882.026,47 e R\$ 60.973.842,03, referente ao reconhecimento no Balanço do SERPRO, do Ativo Fiscal Diferido e Passivo Fiscal Diferido, respectivamente, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente, em consonância com o pronunciamento contábil CPC 32- Tributos sobre o Lucro.

12.2 – Processo Trabalhista nº 2047/89

No exercício 2005, registrou-se no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241.883.426,54 referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O reconhecimento contábil deste processo no Balanço do SERPRO realizou-se com o registro da obrigação a pagar no valor total do processo, em cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento total dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está de acordo com o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A Empresa honrou os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela Advocacia Geral da União - AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos do acordo.

Em 2010, após revisão da Consultoria Jurídica, o valor pendente de pagamento foi baixado do Passivo por se tratar de provisão classificada como remota. Este procedimento está em consonância com o que estabelece a resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

O valor registrado no Ativo foi baixado em R\$ 125.969.781,34, devido a reclassificação do Ativo Contingente pela Consultoria Jurídica. Considerando as novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados.

A reclassificação do Ativo, de acordo com parecer da Consultoria Jurídica, baseou-se no Despacho do Consultor Geral da União nº 2.223/2010, emitido pela Advocacia Geral da

União em 13 de dezembro de 2010, que, em seu item 29 expõe “Pois bem, tendo em vista as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da União, não me parece que seja correto a União efetuar eventual ressarcimento ao SERPRO, enquanto não resolvidas, no âmbito judicial, todas as questões relativas à Reclamação Trabalhista nº 2047/1989.”.

Assim, como o valor pendente de pagamento recebeu uma nova classificação, o montante a receber não se enquadra na classificação como “praticamente certo”, não devendo estar registrado no Balanço.

Em R\$

Descrição	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago até Janeiro de 2007	-	(115.913.645,20)
Baixa para adequação CPC 25	-	(125.969.781,34)
Saldo a pagar em Dezembro de 2010	-	-
Baixa para adequação CPC 25	(125.969.781,34)	-
Valor a receber até Dezembro de 2011	115.913.645,20	-

12.3 –Títulos de Crédito

Os Títulos de Crédito compreendem as Notas do Tesouro Nacional – NTN-P e referem-se às alienações das ações da EMBRAER, TELEBRÁS e COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 09/07/2012, 16/03/2013 e 28/12/2014, atualizados monetariamente de acordo com as Portarias nºs 57/1998, 58/1998 e 61/2000, da Secretaria do Tesouro Nacional. Estes valores montam R\$ 3.150.551,69 em 2011 (R\$ 2.951.963,84 em 2010).

NOTA 13 – BENS A ALIENAR

Registra-se, neste grupo, o valor de R\$ 15.706,84 (R\$ 172.113,37 em 2010), referente aos bens destinados à alienação, ou seja, transferência de domínio a terceiros. As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, preferencialmente, por meio de doações a entidades públicas, parceiras do SERPRO na realização de ações sociais focadas na educação profissional e às instituições de ensino do poder público, nas esferas: federal, estadual e municipal.

NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS

O valor de R\$ 26.268,72 (R\$ 12.422,38 em 2010), registrado como Ativo Financeiro, corresponde aos Direitos sobre Serviços Delegados e Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Em dezembro de 2010, foi promulgada a Medida Provisória nº 517, que trata, em seu artigo 19, da extinção do FND. Segundo esta lei, a União sucederá os direitos e obrigações do fundo. A estrutura para ressarcimento será disposta por ato do Poder Executivo, onde o inventariante será o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, e os cotistas serão ressarcidos de sua participação no FND com base no Patrimônio Líquido registrado no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2010, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem.

Em R\$

Descrição	Saldo em 2011	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
			2011	2010
Edifícios	121.788.761,82	(27.199.249,11)	94.589.512,71	94.919.091,30
Terrenos	74.188.750,00	0,00	74.188.750,00	74.188.750,00
Obras em Andamento/ Benfeitorias prop. Terceiros	33.220.611,56	(83.304,39)	33.137.307,17	26.964.753,71
Instalações	64.203.366,65	(24.990.281,03)	39.213.085,62	16.431.533,47
Bens Móveis	636.930.908,26	(467.319.045,01)	169.611.863,25	226.448.037,47
TOTAL	930.332.398,29	(519.591.879,54)	410.740.518,75	438.952.165,95

15.1 Movimentação do Imobilizado

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação			Saldo Final
	Inclusões	Depreciação/ Amortização	Baixas	
438.952.165,95	78.589.240,55	(102.909.583,05)	(3.891.304,70)	410.740.518,75

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, o SERPRO adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado em dezembro de 2005.

De acordo com a resolução CFC nº 1.263/09 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos dos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27, 28, 37 e 43, foi adotada a vida útil empresarial indeterminada para os bens imóveis, em função das constantes manutenções e da valorização – que sobrepõe o valor original, representando adequadamente o confronto dos custos com os benefícios.

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

NOTA 16 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo aqui registrado corresponde às licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Os ativos adquiridos tratam-se de softwares de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções, os quais demonstramos abaixo:

Em R\$

Unidade Gestora	Saldo em 2011	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2011	2010
Brasília – 803010	118.318.268,59	(64.105.133,59)	54.213.135,00	38.102.170,23
Belém – 803020	11.696,56	(9.747,00)	1.949,56	5.848,36
Fortaleza – 803030	24.346,56	(12.277,07)	12.069,49	18.498,36
Recife – 803040	11.696,56	(9.747,00)	1.949,56	5.848,36
Salvador – 803050	11.696,56	(9.747,00)	1.949,56	5.848,36
Belo-Horizonte – 803060	54.115,23	(37.166,35)	16.948,88	31.450,40
Rio de Janeiro – 803070	1.010.744,78	(289.111,91)	721.632,87	694.732,70
São Paulo – 803080	73.759.506,30	(29.498.276,22)	44.261.230,08	33.354.041,16
Curitiba – 803090	34.426,56	(30.064,85)	4.361,71	7.670,51
Florianópolis – 803400	4.120,96	(3.557,61)	563,35	1.387,51
Porto Alegre – 803100	11.696,56	(9.747,00)	1.949,56	5.848,36
Sede – 806030	23.994.410,20	(16.646.761,03)	7.347.649,17	6.601.951,43
TOTAL	217.246.725,42	(110.661.336,63)	106.585.388,79	78.835.295,74

16.1 Movimentação do Intangível

Em R\$

Saldo anterior	Movimentação		Saldo Final
	Inclusões	Amortização	
78.835.295,74	58.451.005,26	(30.700.912,21)	106.585.388,79

A partir de agosto de 2011, passou a compor o grupo do Ativo Intangível, o Modelo Global de Dados – MGD, por se tratar de um projeto de desembolsos presentes, porém com previsão de benefícios econômicos em exercícios futuros e que atendem os critérios de mensuração e reconhecimento do Ativo. O valor apurado até 31 de dezembro é de R\$ 3.938.258,69, sendo atribuído novos valores ao longo do desenvolvimento do projeto.

Segundo relatório da Superintendência de Integração de Dados e Processos - SUNIT, o MGD é um modelo de dados do tipo entidades-relacionamentos elaborado a partir de um conjunto de metodologia e padrões de notação extremamente simples, com objetivo de obter uma visão integrada e detalhada dos diversos dados que suportam os macroprocessos de Governo.

A cada etapa de evolução do MGD pelo Serpro é gerado um compêndio que pretende, com base nos artefatos construídos para desenvolvimento dos trabalhos, apresentar todas as informações necessárias ao entendimento do negócio, dos dados e entidades relacionados ao negócio, vinculação regimental e integrações, bem como agregar ao montante do Ativo o valor despendido nesta etapa.

O início e o prazo da amortização se dará a partir das definições da Administração, como conclusão das evoluções e estimativa de geração de benefício futuro.

Ainda, em 2011 o MGD foi incorporado aos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – Arquitetura e-PING como arquitetura de informação para interoperabilidade, permitindo uma visão de integração entre os dados e processos da Administração Pública Federal.

NOTA 17 – DEPÓSITOS

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza.

17.1 – Consignações

O montante de R\$ 16.555.535,76 (R\$ 30.033.420,95 em 2010) representa, basicamente, as retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, e, principalmente, planos de previdência e assistência médica, que corresponde à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

NOTA 18 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R\$ 102.298.695,23 (R\$ 100.071.514,37 em 2010) refere-se ao montante a ser recolhido aos cofres públicos, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa.

NOTA 19 – PROVISÕES DE PESSOAL

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil, conforme segue:

Em R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	94.798.572,68	21.157.733,39	(16.921.477,15)	99.034.828,92
Licença – Prêmio	56.546.810,21	14.224.339,55	0,00	70.771.149,76
TOTAL	151.345.382,89	35.382.072,94	(16.921.477,15)	169.805.978,68

NOTA 20 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de ter uma previdência complementar por meio do SERPROS – Fundo Multipatrocinado. Essa Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos e de personalidade jurídica de direito privado, tem por finalidade instituir, administrar e executar Planos de Benefício de caráter previdenciário.

Atualmente, os planos existentes são o Plano Serpro I – PSI e Plano Serpro II – PSII. Vale ressaltar que somente o PS-II aceita novas adesões e que desse fato decorre uma mitigação de riscos para o SERPRO por conta das características dos planos, como explicado a seguir:

20.1 Plano SERPRO I – PS I

Plano de Benefício Definido – BD, com total de 3.152 participantes ativos e 3.231 assistidos, onde todos os participantes e patrocinadoras contribuem, paritariamente, para os benefícios programáveis e de risco. O benefício definido é aquele instituído para atender cada participante quando se aposenta com um benefício pré-determinado no regulamento do plano. Deriva dessa característica a possibilidade da patrocinadora ter de fazer aportes adicionais para cobrir eventual deficit do plano.

Os benefícios previdenciais assegurados por este plano abrangem: (1) quanto aos participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação da aposentadoria por velhice, suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, suplementação da aposentadoria especial, suplementação da aposentadoria aos ex-

combatentes, suplementação do auxílio-doença, suplementação do abono de natal, e benefício proporcional diferido; e (2) quanto aos beneficiários: suplementação da pensão, suplementação do auxílio-reclusão, pecúlio por morte e suplementação do abono de natal.

No exercício findo em 2011, o Plano PS-I (BD) encontrava-se em situação deficitária acumulada no montante de R\$ 155,5 milhões.

20.2 Plano SERPRO II – PS II

O Plano PS-II conta com um total de 5.384 participantes ativos e 313 assistidos. É estruturado na modalidade de contribuição variável, em que os benefícios programados são de contribuição definida na fase de acumulação e os benefícios de risco são de benefício definido. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, recursos para usufruir futuramente em suas aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro de limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes do SERPROS e seus beneficiários os seguintes benefícios de previdência privada: (1) aos Participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono de natal; (2) aos Beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono de natal; e (3) aos Designados: pecúlio por morte.

20.3 Estudo Atuarial

Para o exercício de 2011, o Conselho Deliberativo da EFPC aprovou as seguintes Hipóteses Econômicas e Biométricas:

- Taxa de crescimento real dos salários:	3,00% a.a.
- Taxa de crescimento real dos benefícios:	0% a.a.
- Taxa de crescimento real dos benefícios e do teto de benefício da Previdência Social	0% a.a.
- Taxa Anual de Inflação a Longo Prazo:	4,50% a.a.
- Taxa real de juros	6,0% a.a.
- Tábua de Mortalidade Geral:	AT-83, segregada por sexo
- Tábua de Mortalidade de inválidos:	AT-49, segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez:	Light Média
- Taxa de desligamento:	1% a.a. até 47 anos e 0% a partir dos 48 anos

- Morbidez: Experiência STEA
- Entrada em aposentadoria: 100% na 1ª elegibilidade
- Família padrão: Experiência SERPRO
- Idade de filiação ao RGPS: Quando não declarada, é fixada em 18 anos.

20.4 Obrigações e Provisões na Patrocinadora

Compõem-se às obrigações de curto prazo do SERPRO o valor de R\$ 16.379.635,44 [(12 x (936.447,13 + 428.522,49)], referente às parcelas vencíveis no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2011, as obrigações de longo prazo por benefícios pós-aposentadoria, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

Em R\$

Descrição	2011	2010
Contrato SERPRO x SERPROS	59.208.916,83	66.566.699,91
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios (CPC nº 33)	114.319.391,06	57.159.695,54
TOTAL	173.528.307,89	123.726.395,45

20.4.1 Contratos DOT e Lei 8020

O valor de R\$ 59.208.916,83 refere-se às parcelas restantes da obrigação, originalmente pactuada em 240 parcelas mensais, sendo que, até 31 de dezembro de 2011, foram amortizadas 174 parcelas. Tais valores são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

20.4.1 Resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados

Desde 2010, a empresa adota a metodologia contida na resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados, conforme resumido abaixo:

100% do total do passivo atuarial líquido	R\$ 390.881.970,00
100% do total da despesa adicional a reconhecer	R\$ 58.840.687,00
(-) 10% do valor presente das obrigações atuariais	(R\$ 163.924.180,00)
= 100% do total de benefícios futuros aos empregados a reconhecer	R\$ 285.798.477,00

Para os cálculos foram considerados os dados individuais dos participantes, data base 10/2010 e utilizado o Método de Crédito Unitário (MCU) projetado. Além disso foram utilizadas, na adoção desta resolução, as mesmas Hipóteses Econômicas e Biométricas vigentes em 31.10.2010, relacionadas acima e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da EFPC, e também consideradas as seguintes premissas:

- Taxa de desconto atuarial: 10,24% a.a.
- Taxa de rendimento esperado dos ativos: 10,24% a.a.
- Capacidade salarial e de benefícios: 98,22%.

Por conta da possibilidade de diferimento do total de R\$ 285.798.477,00 de benefícios a empregados em 5 anos, ou seja, R\$ 57.159.695,54 por ano, desde 2010, prevista na resolução CFC nº 1.193/09 – Benefícios a Empregados, o valor das obrigações diferidas, equivalentes a 2/5, resultou num saldo de R\$ 114.319.391,08 no exercício findo em 2011.

Para a determinação do passivo da EFPC é adotado o Método Agregado. Enquanto, conforme disposto na resolução CFC nº 1.193/09 o método adotado para determinação das obrigações, a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o Método de Crédito Unitário projetado.

20.5 Expectativas para o exercício de 2012

Ressaltamos que para o exercício de 2012 foram alteradas as premissas de inflação, passando de 4,0% a.a. (2010), para 4,5% a.a (2011) e 5,0% a.a. para 2012. Enquanto que o crescimento salarial, na patrocinadora, passou de 3,6% a.a em 2010, para 3,0% a.a., tanto para 2011, quanto para 2012. Como o estudo, para adoção da resolução CFC nº 1.193/09, fora realizado em 2010, os valores provisionados, não contemplam alterações posteriores.

Ainda estão previstos para o final do exercício de 2012 ou início de 2013, o saldamento do Plano PS-I e a alteração regulamentar do Plano PS-II. Ambos dependem, ainda, de aprovação pelos órgãos controladores e fiscalizadores conforme segue: (1) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); (2) pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST); e (3) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Tais alterações reduzirão o passivo dos planos de benefícios e conseqüentemente demandará um menor compromisso a ser reconhecido no balanço do SERPRO.

20.6 Auxílio-alimentação

O SERPRO fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em maio de cada ano. Para o período de maio de 2011 a abril de 2012 o valor do auxílio alimentação/refeição

é de R\$ 601,92 (R\$ 565,20 em 2010) para aquisição de refeições e similares, gêneros alimentícios em supermercado ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

20.7 Plano de Saúde

O SERPRO oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, por meio do convênio de Reciprocidade CASSI – um programa administrado pelo SERPRO, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, psicológica, fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. O benefício concedido atende os titulares optantes e respectivos dependentes, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme Regulamento do Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO - PAS/SERPRO, a Empresa participa com a contribuição mensal correspondente, diferenciada por faixa etária, das despesas assistenciais e o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais co-participação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O Plano não possui ativos financeiros, portanto, a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. O total dos desembolsos, referente aos pagamentos deste benefício no período monta R\$ 47.357.677,83 (R\$ 41.954.311,60 em 2010).

20.8 Plano Odontológico

O SERPRO oferece aos seus empregados e familiares o Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO, garantindo e mantendo o atendimento odontológico dos empregados ativos e seus dependentes legalmente cadastrados no Plano.

De acordo com o Regulamento do PAS-ODONTO/SERPRO, o programa é custeado pelo SERPRO, com valor fixo por beneficiário aderido e pelo empregado, com valor fixo mensal. A concessão do benefício fica condicionada à disponibilidade orçamentária da Empresa.

O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos de benefícios no período montam R\$ 441.866,34 (R\$ 551.109,74 em 2010).

20.9 Ações de Preparação para Aposentadoria - APA

Desde o exercício 2009, o SERPRO implantou o APA – Ações de Preparação para Aposentadoria. Trata-se de ações permanentes, desenvolvidas pelo Programa SERPRO de Responsabilidade Social e Cidadania – Eixo Qualidade de Vida, onde, em suas condições e procedimentos, são previstos três módulos: Módulo de Orientação – MO, Módulo de Sucessão – MS e Módulo de Incentivo – MI.

Em 2011 foram realizadas duas etapas do módulo incentivo, atendendo às estratégias empresariais e considerando o perfil do público-alvo, foi desembolsado o

montante de R\$ 32.346.696,90 no primeiro módulo e R\$ 14.572.564,20 no segundo módulo, totalizando R\$ 46.919.261,10. Vale ressaltar que este último ocorreu no mês de dezembro, sendo os desembolsos realizados em janeiro de 2012. Em 2010, excepcionalmente, não ocorreu o Módulo Incentivo.

NOTA 21 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – PLR

A empresa possui programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e seu pagamento está condicionado ao cumprimento de metas nele estabelecidas bem como à aprovação pelo Conselho Diretor.

Neste exercício de 2011, devido ao prejuízo contábil, no valor de R\$ 175 milhões, não foi destacado nenhum montante para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados.

Até 31 de dezembro de 2011, permaneceu um saldo de R\$ 48.976,58 referentes a valores pendentes de distribuição. Esses valores não distribuídos estão sendo tratados, pontualmente, pela Superintendência de Gestão de Pessoas -SUPGP, por se tratarem de casos isolados e de solução individual.

O SERPRO elabora, anualmente, o programa para distribuição de PLR, conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e em conjunto com a representação dos trabalhadores.

NOTA 22 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme disposições estatutárias, de 25%. No acumulado até dezembro de 2011, existem valores provisionados relativos a dividendos sobre o lucro líquido ajustado no montante de R\$ 38.714.064,12.

Os valores provisionados são referentes dividendos e juros sobre o capital próprio dos exercícios 2008 e 2009, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de longo Prazo (TJLP), conforme previsto na Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social nos exercícios em que foram registrados.

Em R\$

Descrição	2009	2008	TOTAL
Dividendos do Exercício	0,00	602.448,73	602.448,73
Juros sobre o Capital Próprio	10.905.128,19	0,00	10.905.128,19
Dividendos Complementares	0,00	18.217.131,39	18.217.131,39
Atualização	2.456.266,59	6.533.089,22	8.989.355,81
TOTAL	13.361.394,78	25.352.669,34	38.714.064,12

O valor de R\$ 18.217.131,39 constante do quadro acima refere-se aos dividendos complementares do exercício 2008, oriundo dos créditos fiscais diferidos realizados nesse período.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidentes sobre a Reserva de Reavaliação e apropriação do IRPJ e CSLL sobre exclusões temporárias constituídas no exercício de 2011, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 – Tributos sobre o Lucro. Em 31 de dezembro de 2011, os impostos totalizaram R\$ 91.516.073,50 (R\$ 30.542.231,46 em 2010).

NOTA 24 – PASSIVOS CONTINGENTES

O SERPRO é parte em processos administrativos e judiciais, de natureza cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela empresa guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

A administração do SERPRO, com base em informações de sua Consultoria Jurídica e na experiência anterior, referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante de R\$ 494.498.671,17 (R\$ 405.218.215,63 em 2010), de processos classificados como “prováveis de perda”.

O acréscimo em relação ao exercício anterior é determinado, principalmente, por tramitações e fatos novos trazidos a partir de um processo judicial que corresponde a uma ação trabalhista plúrima, em fase de execução.

A empresa possui demandas administrativas/judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 63.253.961,01, classificadas pelos seus assessores jurídicos como “possíveis de perda” e, por este motivo, nenhuma provisão para contingências foi constituída sobre os mesmos.

A análise jurídica dos processos está em acordo com as premissas da resolução CFC nº 1.180/09 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

A movimentação da provisão no exercício de 2011, está demonstrada a seguir:

	Em R\$
Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2010	405.218.215,63
Constituição de Provisão	89.280.455,54
Saldo em 31 de dezembro de 2011	494.498.671,17

24.1 Ações Trabalhistas e Cíveis

A empresa é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Instâncias Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com suas operações e serviços, principalmente contratos com fornecedores, dentre outros. De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais.

No que tange aos valores, sobressaem as demandas que contestam questões trabalhistas envolvendo indenizações, principalmente em decorrência de alterações nos planos de cargos e salários.

24.2 Ações Fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais.

O SERPRO, em maio de 2010, foi autuado pela Receita Federal do Brasil através dos Autos de Infração lavrados em decorrência de contribuições não declaradas em GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativamente a: auxílio a filhos deficientes, curso de graduação e pós-graduação, seguro de vida em grupo, apresentar a GFIP com omissões, conforme Autos de Infrações n^{os}: 37.283.642-9, 37.283.643-7, 37.283.644-5 e 37.283.646-1, totalizando R\$ 1.008.778,09.

Além dos Autos de Infrações supracitados, destaca-se o de n^o 37.283.645-3, correspondente a não entrega das informações no formato do Manual Normativo de Arquivos digitais – MANAD, aprovado pela Portaria MPS/SRP n^o 58, de 28/01/2005, que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa no valor de R\$ 6.166.378,09.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, estando os referidos valores depositados judicialmente até o julgamento final da ação.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital Social

Conforme o Decreto n^o 6.791, de 10 de março de 2009, que aprovou o Estatuto do SERPRO, em seu artigo 4^o, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 613.618.808,15, exclusivamente integralizado pela União.

Com base na Medida Provisória n^o 515, publicada em 28 de dezembro de 2010, o SERPRO efetuou o registro contábil de aumento do Capital Social no valor de R\$ 250.000.000,00. Em 2011 houve a integralização de R\$ 184 milhões, restando R\$ 66 milhões pendente de integralização.

O capital social está assim constituído:

Em R\$

Descrição	Valor	Saldo
Capital Social Subscrito Decreto nº 6.791/2009	613.618.808,15	613.618.808,15
Incorporação Reserva de Riscos Eventuais	3.736.021,08	617.354.829,23
Aumento de Capital	250.000.000,00	867.354.829,23
(-) Capital a Realizar	66.000.000,00	801.354.829,23
Capital Social em 31/12/2011		801.354.829,23

25.2 Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Esta reserva está constituída em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005 com base em laudo de avaliação. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo é de R\$ 118.604.297,62, e se encontra deduzido dos seus tributos correspondentes.

A reserva de reavaliação é realizada pela baixa dos bens reavaliados. Desde dezembro de 2010, a vida útil econômica dos imóveis foi alterada de 25 anos para indeterminada e o saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme preconiza a Lei nº 11.638/2007. Em função dos imóveis possuírem vida útil empresarial indeterminada, não há mais realização da reserva, a não ser pela baixa do bem reavaliado ou pela perda do valor recuperável do Ativo.

25.3 Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e sua saúde financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, a empresa utilizou as Reservas de Lucros para absorver o prejuízo contábil do exercício, em atendimento aos preceitos do artigo 189, Parágrafo Único da Lei nº 6.404/1976, como se segue:

Em R\$

Descrição	2011	2010
Reserva Legal	0,00	35.504.783,20
Reserva Estatutária	0,00	30.338.291,91
Reserva de Retenção de Lucro	0,00	47.267.306,39
Total de Reservas de Lucros	0,00	113.110.381,50

NOTA 26 – PREJUÍZO ACUMULADO

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

Em R\$

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(175.948.856,26)
(+) LUCROS ACUMULADOS 2011	13.010,76
= PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DA COMPENSAÇÃO DAS RESERVAS	(175.935.845,50)
(+) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	47.267.306,39
(+) RESERVA ESTATUTÁRIA	30.338.291,91
(+) RESERVA LEGAL	35.504.783,20
(+) RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	9.947.448,40
(+) RESERVA DE DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTO	217.880,11
= RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS COMPENSAÇÃO DE RESERVAS	(52.660.135,49)

NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras abrangem, principalmente, os rendimentos decorrentes das aplicações financeiras, receita de dividendos e variações a valor justo de ativos financeiros e créditos tributários.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros incidentes sobre os dividendos a pagar e os encargos financeiros das obrigações junto ao Fundo Multipatrocinado – SERPROS.

Em R\$

Descrição	2011	2010
Despesas Financeiras	(32.515.184,13)	(37.798.042,07)
Receitas Financeiras	5.555.896,29	11.578.091,16
Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00
Resultado Financeiro	(26.959.287,84)	(26.219.950,91)

NOTA 28 – SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Conforme a natureza da sua atividade e consideradas as características de seus riscos, a Empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de Dezembro de 2011 podem ser assim demonstradas:

Em R\$

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos e Desmoraonamento	641.944.632,87
Equipamentos de Processamento de Dados e Móveis	Transporte Nacional	Por Demanda
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

NOTA 29 – PARTES RELACIONADAS

30.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2011, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 899,43 e R\$ 30.854,67. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 28.705,78.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus dirigentes. Os benefícios pós emprego estão restritos aos empregados do quadro do SERPRO.

NOTA 30 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, não reconhecida contabilmente e controlada escrituralmente em conta de compensação, são os seguintes: R\$ 3.366.762,08, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também R\$ 240.730,35, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11, que trata de pagamento indevido realizado no processo de Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

NOTA 31 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a resolução CFC nº 1.296/10, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

Brasília, 31 de dezembro de 2011.

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni
Diretor-Presidente

Laerte Dorneles Meliga
Diretor

Ana Maria Mallmann Costi
Contadora CRC – DF 8.894/0-6